

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.724.489 - RS (2018/0035837-0)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
EMBARGANTE : ADEL ELTASSE
ADVOGADO : CAMILA PEREIRA DA SIQUEIRA - PR065927
EMBARGADO : UNIÃO

DECISÃO

Cuida-se de embargos declaratórios opostos por **Adel El Tasse** contra decisão que não conheceu do recurso especial, forte nas seguintes razões: (I) *a instância ordinária não se pronunciou sobre a alegada ofensa ao princípio da dialeticidade, apesar de instada a fazê-lo por meio dos competentes embargos de declaração* (Súmula 211/STJ); (II) *falta de debate prévio acerca do arts. 30, I da Lei nº 8.906/94 e 492 do CPC/2015, sendo certo, ainda, que tais dispositivos sequer foram objeto dos aclaratórios opostos* (Súmula 282/STF); (III) *a Corte a quo solveu a a controvérsia acerca da vedação ao exercício da advocacia privada pelos Procuradores Federais à luz de fundamentos eminentemente constitucionais, matéria insuscetível de ser examinada em sede de recurso especial* (fls. 1.131/1.139).

Em suas razões, a parte embargante afirma a existência de omissão no julgado, porquanto deixou de examinar sucessão legislativa em torno do bloqueio de atividades profissionais concomitantes com a de Procurador Federal, em especial pela disciplina existente no artigo 6º da Lei nº 11.890/200, matéria de ordem infraconstitucional, que comporta o conhecimento do apelo nobre.

Afirma que, *da lei sistemática da legislação é possível afirmar que aos Procuradores Federais é vedado o exercício de outra atividade, pública ou privada, cujo confronto entre interesses públicos e privados possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública; e se valha de informação privilegiada: a que diz respeito a assuntos sigilosos ou aquela relevante ao processo de decisão no âmbito do Poder Executivo federal que tenha repercussão econômica ou financeira e que não seja de amplo conhecimento público. Nesse sentido, há uma clara superação da vedação geral de exercício da advocacia privada, pela revogação da legislação que a proibia por legislação posterior que estabelece outro aspecto para a proibição do exercício de outras atividades profissionais, concomitantes*

com a de Procurador Federal (fl. 1.144).

Impugnação aos aclaratórios às fls. 1.152/1.161.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A insurgência, todavia, não comporta acolhida.

Consoante o previsto no artigo 1.022 do Novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição ou omissão do acórdão atacado ou, ainda, para correção de erro material, não se revelando meio idôneo para fazer prevalecer o entendimento da parte embargante quanto à matéria já decidida.

Essa é a razão pela qual a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que *"os embargos de declaração têm a finalidade simples e única de completar, aclarar ou corrigir uma decisão omissa, obscura, contraditória ou que incorra em erro material, afirmação que se depreende dos incisos do próprio art. 1.022 do CPC/2015. Portanto, só é admissível essa espécie recursal quando destinada a atacar, especificamente, um desses vícios do ato decisório, e não para que se adeque a decisão ao entendimento dos embargantes, nem para o acolhimento de pretensões que refletem mero inconformismo, e menos ainda para rediscussão de matéria já resolvida"* (EDcl no AgRg no AREsp 859.232/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/05/2016, DJe 31/05/2016).

No mesmo sentido, confirmam-se, dentre outros:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA UNILATERAL. RESERVA DE VAGA NEGADA PELA ADMINISTRAÇÃO COM AMPARO NOS DECRETOS FEDERAIS 3.298/1999 E 5.296/2004. POSSIBILIDADE. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

- 1. Os Embargos de Declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou erro material existente no julgado.*
- 2. Excepcionalmente, o Recurso Aclaratório pode servir para*

amoldar o julgado à superveniente orientação jurisprudencial do Pretório Excelso, quando dotada de efeito vinculante, em atenção à instrumentalidade das formas, de modo a garantir a celeridade e a eficácia da prestação jurisdicional e a reverência ao pronunciamento superior, hipótese diversa da apresentada nos presentes autos.

3. Com efeito, no caso em apreço, não se constata a presença de qualquer eiva a macular o acórdão embargado, que, de forma clara asseverou que, a tramitação de projeto de lei para enquadrar o portador de surdez unilateral como deficiente físico para todos os fins, inclusive reserva de vagas em concurso, não tem o condão de alterar o entendimento dessa Corte acerca da vigente disciplina legislativa da matéria, que não contempla o direito invocado.

4. Isso porque o Decreto 5.296/2004 alterou a redação do art. 4o., II, do Decreto 3.298/1999 - que dispõe sobre a Política Nacional para Integração de Pessoa Portadora de Deficiência - e excluiu da qualificação deficiência auditiva os portadores de surdez unilateral.

5. Com essa compreensão, o STJ, alinhando-se ao entendimento do Supremo Tribunal Federal (MS 29.910/AgRg, DJe 1.8.2011), concluiu, através de sua Corte Especial, que o candidato em concurso público com surdez unilateral não tem direito a participar do certame na qualidade de deficiente auditivo (MS 18.966 /DF, Rel. Min. CASTRO MEIRA, Rel. p/ acórdão Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 20.3.2014).

6. Não se constatando a presença de quaisquer dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC/2015; a discordância da parte quanto ao conteúdo da decisão não autoriza o pedido de declaração, que tem pressupostos específicos, os quais não podem ser ampliados.

7. Embargos de Declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no RMS 39.528/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/06/2016, DJe 22/06/2016)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. VÍCIOS DO ART. 1.022 DO NCPC. INTEMPESTIVIDADE DE SEGUIDOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL.

1. Quarto embargos de declaração recebidos como agravo regimental, em obediência aos princípios da economia processual e da fungibilidade. EDcl no AgRg no REsp 1.208.878/SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 30.5.2011.

2. A transmissão eletrônica das peças recursais é de inteira

responsabilidade do causídico que representa as partes que assumem o risco ao deixar para os minutos finais seu envio.

3. Conforme verificado no sítio desta Corte, não consta indisponibilidade do sistema, por mais de sessenta minutos, nos dias do vencimento do prazo dos dois embargos de declaração opostos fora do prazo.

4. Os embargantes, na verdade, não apontam nenhuma omissão, contradição, obscuridade ou erro material nas razões dos embargos de declaração. Buscam tão somente a modificação do decidido no acórdão recorrido, o que é inviável. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, mas improvido.

(EDcl nos EDcl nos EDcl nos EDcl no AREsp 623.971/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/04/2016, DJe 09/05/2016)

No presente caso, não há qualquer vício a ser sanado.

Com efeito, o *decisum* ora atacado dirimiu, de forma objetiva e fundamentada, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos presentes autos. Consoante consignado, o Tribunal de origem manteve a sentença de improcedência do pedido autoral de ver assegurado o direito ao exercício da advocacia privada, sem prejuízo do exercício da sua função como Procurador Federal, solvendo a controvérsia à luz de fundamentos eminentemente constitucionais. Restou, assim, inadequada a via do recurso especial para infirmar o julgado.

Logo, não podem ser acolhidos embargos declaratórios que traduzem, na verdade, o inconformismo da parte embargante com a decisão tomada, pretendendo rediscutir o que já foi decidido. Nesse panorama, inexistente qualquer obscuridade, contradição ou omissão no julgado embargado, conforme exige o art. 1.022 do CPC, impõe-se a rejeição dos presentes embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator